

KARL MARX, TRABALHO, EDUCAÇÃO E LUTA PELO COMUNISMO

Karl Marx, work, education and the struggle for communism

SARTORI, Vitor¹

RESUMO

Buscaremos abordar a relação entre o processo de trabalho, a educação e a transformação da natureza humana na obra de Karl Marx. Analisaremos, sobretudo, O capital, tendo por objetivo mostrar que o autor alemão entende que a educação tem papel fundamental na conformação de uma classe de trabalhadores que toma a produção capitalista como suposto da sociabilidade. Procuraremos mostrar, no entanto, que a questão passa por uma contradição fundamental: o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista permite que surjam potencialidades que, com a supressão do capitalismo, remetem a um processo formativo de uma personalidade não mais esfacelada pela divisão do trabalho, mas multifacetada. A educação, então, poderia ter uma função bastante distinta daquela que tem no sistema capitalista de produção.

Palavras-chave: Marx. Trabalho. Natureza humana. Educação. Socialismo.

ABSTRACT

We will analyze the relation between work process, education and human nature's transformation in the work of Karl Marx. To analyze, above all, The capital, in which the German author shows that education plays a fundamental role in shaping a class of workers that takes capitalist production as presupposed. However, there is a fundamental contradiction regarding this process: the very development of the capitalist mode of production allows the emergence of potentialities that, with the suppression of capitalism, refer to a formative process of individuals no longer crumbled by the division of work, but multifaceted. Education, then, could have a rather distinct function after the suppression of capitalist system of production.

Keywords: Marx. Work. Human Nature. Education. Socialism.

¹ Doutor em Filosofia do Direito pela USP e Mestre em História Social pela PUC-SP. Professor Adjunto do Departamento de Direito do Trabalho e Filosofia do Direito da UFMG. E-mail:<vitorbsartori@gmail.com>.

INTRODUÇÃO

As temáticas abordadas por Karl Marx não são poucas. Tratando-se de um autor que realiza uma crítica à economia política, é natural que temas relacionados a esta última perpassem a obra do autor alemão. No entanto, igualmente natural é que tais temas, como a educação, não sejam o central em sua obra. Neste sentido, antes de qualquer coisa, é necessária uma ressalva: não há um tratamento sistemático por parte de Marx do tema da educação; em verdade, o próprio modo de pesquisa e de exposição marxiano não é sistemático, mas imanente. (Cf. CHASIN, 2009) O autor procura sempre apreender as determinações objetivas da realidade efetiva (*Wirklichkeit*) e, em meio a estas determinações, explicita a concatenação das categorias que “expressam formas de ser, determinações de existência”. (MARX, 2011, p. 85) Ou seja, as categorias que aparecem na obra marxiana não estão em um livro como *O capital* só devido à importância atribuída por Marx a elas; neste sentido, se há grande diversidade de temas na obra marxiana, isto não se dá tanto porque o autor tenha desejado dar um enfoque, por assim dizer, enciclopédico, à sua obra, mas porque há uma ligação objetiva entre tais temas e as categorias analisadas. Ou seja, em *O capital*, há certo tratamento da educação devido ao fato de esta relacionar-se intimamente ao desenvolvimento da própria relação-capital.

No presente texto, a partir daquilo que José Chasin chamou de análise imanente,² procuraremos explicitar o modo pelo qual a categoria educação coloca-se em *O capital* de Karl Marx. Intentamos trazer os delineamentos gerais do tema ao analisar a inter-relação existente entre o processo capitalista de trabalho, suas contradições e a educação.

TRABALHO, E EDUCAÇÃO A CONFORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA MODERNA

No modo de produção capitalista, trabalhadores e meios de produção combinam-se de tal modo a trazer à tona uma unidade peculiar. De um lado, tem-se os trabalhadores como “trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção [...] nem lhes pertencem os meios de produção, [...] livres e desvinculados desses meios de produção.” (MARX, 2013, p. 961) Doutro lado, ocorre a transformação dos “meios sociais de subsistência e de produção em capital”. (MARX, 1987, p. 252) Em verdade, trata-se do processo em que, se é verdade que “a relação-capital pressupõe a separação

² Como aponta José Chasin, “tal análise, no melhor da tradição reflexiva, encara o texto – a formação ideal – em sua consistência autossignificativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos como negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam. Configuração esta que em si é autônoma em relação aos modos pelos quais é encarada, de frente ou por vieses, iluminada ou obscurecida no movimento de produção do para-nós que é elaborado pelo investigador, já que, no extremo e por absurdo, mesmo se todo o observador fosse incapaz de entender o sentido das coisas e dos textos, os nexos ou significados destes não deixariam, por isso, de existir [...]” (CHASIN, 2009, p. 26).

entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho”, tem-se a transformação dos “produtores imediatos em operários assalariados.” (MARX, 1987, p. 252) Ou seja, da própria separação entre trabalhadores e meios de produção tem-se a ligação e a formação das classes essenciais da sociedade burguesa, bem como a ligação necessária entre capitalistas e trabalhadores assalariados.³

Tal ligação coloca-se como um antagonismo e uma oposição constitutivos da natureza do sistema capitalista de produção. Quando Marx trata do processo de trabalho em sua obra magna, portanto, ele, mesmo que analise os delineamentos mais gerais do processo de trabalho, está voltando-se à abordagem da produção capitalista:

Sejam quais forem as formas sociais da produção, trabalhadores e meios de produção continuam sempre seus fatores. Mas uns e outros só o são em potencial quando estão mutuamente separados. Para que haja produção ao todo, eles precisam combinar-se. O modo específico de levar a efeito essa combinação distingue as diferentes épocas econômicas da estrutura social. No presente caso, a separação do trabalhador livre de seus meios de produção é o ponto de partida dado, e vimos como e sob quais condições ambos são união nas mãos do capitalista – ou seja, como modo de existência produtiva de seu capital. O verdadeiro processo em que criadores pessoais e materiais de mercadorias assim reunidos ingressam conjuntamente, o processo de produção, toma-se, pois, ele mesmo, uma função do capital – processo de produção capitalista [...]. Toda empresa produtora de mercadorias toma-se, ao mesmo tempo, empresa de exploração da força de trabalho; mas só a produção capitalista de mercadorias é que se toma um modo de exploração que marca uma época, que, em seu desenvolvimento histórico mediante a organização do processo de trabalho e o gigantesco aperfeiçoamento da técnica, revoluciona toda a estrutura econômica da sociedade e supera de maneira incomparável todas as épocas anteriores. (MARX, 1996 b, p. 32-33)

Somente mediante a combinação entre trabalhadores e meios de produção tem-se “fatores de produção”. Ou seja, de acordo com sua própria natureza, nenhum indivíduo é imediatamente um fator em um processo produtivo que o englobe. Em verdade, por mais que os indivíduos possam ser trabalhadores, eles sempre são “indivíduos multifacetados”⁴, de modo que só defrontados com determinadas mediações sociais é que se tornam “fatores” e, no caso da sociedade capitalista, compõem o processo de produção o qual se torna “uma função do capital”. Assim, a produção de mercadorias torna-se exploração da força de trabalho. Ao mesmo tempo em que os indivíduos aparecem como subordinados à produção, no entanto, tem-se algo mais. O desenvolvimento

³ Como diz Marx nas Teorias do mais-valor: “a produção capitalista baseia-se na contraposição entre dois fatores, o trabalho materializado e o trabalho vivo o capitalista e o trabalho assalariado são os únicos funcionários e fatores da produção cujas relações e antinomia provêm da natureza do modo capitalista de produção” (MARX, 1980, p. 582).

⁴ Cf. Marx (2012).

histórico que decorre da organização do processo de trabalho e do incremento sem igual das forças produtivas faz com que a dinamicidade deste sistema produtivo seja sem igual. Marx já havia dito no *Manifesto comunista* que, com a produção capitalista, “tudo que é sólido desmancha-se no ar” (MARX; ENGELS, 1998, p. 14); em *O capital*, ele destaca que a produção capitalista de mercadorias “revoluciona toda a estrutura econômica da sociedade e supera de maneira incomparável todas as épocas anteriores.” Tem-se, assim, um modo de produção com uma natureza extremamente contraditória: ao mesmo tempo, revolucionário e ligado ao aviltamento da personalidade dos indivíduos, que passam a enquadrar-se como meros fatores no processo produtivo.

Trata-se, assim, de analisar tal processo produtivo com cuidado, trazendo seus meandros contraditórios. Para que se comece a abordar tal assunto, vale destacar que as condições de produção capitalistas só aparecem como um “ponto de partida dado” ao passo que, com a imposição da relação-capital, conforma-se a classe trabalhadora:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro polo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. (MARX, 1996 b, p. 358).

A classe trabalhadora coloca-se como tal depois que o sangrento processo que “assim chamada acumulação primitiva” aparece completo. Até então, “a burguesia emergente requer e usa a força do Estado para ‘regular’ o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor”. (MARX, 2013, p. 983-984) Ou seja, é necessário todo um processo para que se tenha uma situação em que “para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às ‘leis naturais da produção’”. Este processo é aquele em que, para que se tenha um “grau normal de dependência da classe trabalhadora” diante dos capitalistas, tem-se um papel ativo bastante grande da educação, da tradição e do costume. Segundo Marx, não é automática a subsunção dos indivíduos ao processo produtivo capitalista. Antes, trata-se de um processo que envolve a promulgação de “leis terroristas” (MARX, 2013), a repressão da “vadiagem”, a implementação das *workhouses* e, posteriormente, do cárcere.⁵ Para o assunto que nos diz respeito aqui, vale destacar: a educação da classe trabalhadora tem um papel fundamental, segundo Marx, em sua conformação como classe subsumida ao processo de produção capitalista de mercadorias. Também por meio dela é que se forma uma classe de trabalhadores que “reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais

⁵ Cf. Rusche e Kirchheimer (2004) e Melossi e Pavarini (2006).

evidentes.” O processo de constituição e consolidação da relação-capital traz, portanto, um papel ativo tanto do Direito, quanto do Estado e da educação.

No processo em que o assalariamento aparece como um “ponto de partida dado”, a mediação da educação (e também do costume e da tradição), em meio a condições econômicas determinadas, é bastante importante. Se formos tomar o que diz Marx como parâmetro, podemos dizer que o essencial é a própria “a organização do processo capitalista de produção desenvolvido”, que “quebra toda a resistência”, de modo que se impõe de tal modo que “a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador.” (MARX, 2013, p. 983-984). No entanto, deve-se ressaltar que é também por meio da educação do costume e da tradição que o modo de produção capitalista é normalizado. O reconhecimento da sociabilidade burguesa como a base cotidiana da ação dos homens, passa, portanto, pela educação. Ele tem, neste momento, também, a função de trazer “as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes.” Embora não seja o elemento central ao autor alemão, há de se reconhecer: tem-se um elo importantíssimo para que se passe de uma situação em que o uso da força do Estado é diuturno para outra em que “a violência extra econômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente.” (MARX, 2013, p. 984)

De acordo com Marx, portanto, há inúmeras mediações para que se tome a relação-capital com um “ponto de partida dado”; para que se tenha uma classe de trabalhadores que “reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes” o essencial está, certamente na dinâmica interna do modo de produção capitalista ascendente. No entanto, há de se destacar que a educação (conjuntamente com o costume e a tradição) cumpre um papel bastante importante.

TRABALHO, NATUREZA HUMANA E EDUCAÇÃO

Depois da “assim chamada acumulação primitiva”, o processo de trabalho capitalista se impõe de modo cotidiano. O modo pelo qual se correlacionam os indivíduos trabalhadores e os meios de produção é tal que os fatores de produção vêm a se tornar funções do próprio capital. Após colocado sobre os próprios pés, tem-se o capital como “valor que gera valor”. Em suas metamorfoses, “ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático.” (MARX, 1996 a, p. 273) Ou seja, o processo de reprodução social começa a subordinar-se à autovalorização do capital. É verdade, porém, que “o capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa.” (MARX, 1996 a, p. 345) Neste sentido, pode-se dizer que o processo capitalista de produção aparece como um “sujeito

automático” somente porque consegue subordinar o trabalho e o moldar de acordo com suas necessidades. De acordo com Marx, a educação, neste meio, torna-se necessária à formação de uma mercadoria específica, a força de trabalho. Este processo, segundo o autor, por sua vez, traz modificações na própria “natureza humana” dos indivíduos:

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tomando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediato da força de trabalho, os seus custos de formação são diferentes. Esses custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram, portanto, no âmbito dos valores gastos para a sua produção. (MARX, 1996 a, p. 289).

O processo pelo qual se torna “força de trabalho desenvolvida e específica” tem sua base real na organização do processo capitalista de produção desenvolvido” a qual, por sua vez, “quebra toda a resistência”. O modo pelo qual isto se dá remete a dois aspectos importantes para o tema que tratamos aqui: de um lado, a transformação da própria natureza humana. Doutro, tem-se um processo formativo que passa pelo papel ativo da educação. E, sobre tais aspectos, há de se destacar alguns pontos importantes.

O primeiro deles diz respeito ao caráter não hipostasiado e ahistórico da categoria natureza humana em Marx. O autor de O capital diz sobre o homem que, por meio do trabalho, “ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida.” (MARX, 1996 a, p. 297) Ou seja, em meio ao processo de trabalho as potências naturais dos indivíduos, e mais precisamente da corporalidade destes, colocam-se diante da “matéria natural”. Duas formas de natureza defrontam-se de tal modo que “ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.” (MARX, 1996 a, p. 297-298) Diante da Natureza externa coloca-se a natureza humana, de tal modo que a última é modificada; transforma-se no e pelo trabalho. De acordo com o autor alemão, ao desenvolver “potencialidades adormecidas” na Natureza externa, transforma-se a própria natureza do indivíduo, para que se use a dicção que estamos utilizando aqui, a sua natureza humana. Sobre a relação entre trabalho e natureza humana tem-se, portanto: a Natureza externa somente pode desenvolver aquelas potencialidades que já estão presente nela; no entanto, a transformação da natureza humana traz potencialidades que não estavam presentes antes. O processo ontoprático dos

indivíduos⁶ é parte constitutiva da formação da própria natureza deles. Por isso, pode-se dizer que “as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias” (MARX; ENGELS, 2007, p. 43) e também pode-se dizer que “a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 534) Ou seja, por meio do processo do trabalho, os indivíduos, em sociedade, em meio ao conjunto das relações sociais, transformam sua própria essência, sua natureza mesma.

A transformação da essência e da natureza humanas, no entanto, não se dá só à medida que se tem o confronto entre natureza humana e Natureza externa. Marx é claro sobre isso: a educação, em meio a relações sociais, e a imperativos de determinado modo de produção, também modifica a “natureza humana geral”. Ou seja, há tanto um meio menos mediado de transformação da essência e da natureza dos homens, quanto um mais mediado. De um lado, o processo de trabalho que se coloca diretamente relacionado com o metabolismo com a natureza; sobre este ponto, tem-se o trabalho com um papel bastante central: “antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza.” (MARX, 1996a, p. 297) Doutra lado, porém, tem-se algo que não remete diretamente ao metabolismo existente entre o ser social e o ser natural (mesmo que tenha por base este último sempre): a formação e a educação.

Tanto o trabalho quanto a formação e a educação transformam a natureza humana, portanto. No que, neste ponto, é preciso que se traga uma questão essencial. Se dissemos antes que o processo de trabalho se dá sempre em meio a determinado modo de produção, o mesmo não seria verdadeiro para a educação? A resposta é afirmativa.

Com isso, tem-se um duplo aspecto: se, de um lado, a educação tem uma capacidade bastante importante (a de transformar a própria natureza humana), há de se perceber que há limitações muito grandes a esta capacidade. Tanto é assim que Marx traz a “modificação da natureza humana”, na passagem acima, subordinada à “habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho”. Ou seja, trata-se justamente de moldar os indivíduos como “fatores de produção” em meio à compra e venda da força de trabalho. A educação capitalista, assim, estaria subsumida à divisão do trabalho capitalista. E, neste sentido, o elemento mercantil é central; disse Marx acima: “é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis.” Do ponto de vista dos agentes de produção,⁷ a educação aparece

⁶ Cf. Chasin (2009).

⁷ Cf. Marx (1986 a, b)

relacionada ao processo de trabalho como um custo de produção, mais precisamente, como parte do custo do capital variável (ligado à força de trabalho).

A socialização da sociedade traz o caráter mediado das capacidades humanas. Isto aparece na sociedade capitalista ao passo que a educação e a formação são, cada vez mais, necessárias à conformação da mercadoria força de trabalho. Com isso, o “caráter mais ou menos mediato da força de trabalho” traz reflexos bastante visíveis em seus “custos de formação”. A educação, assim, aparece como um fator ligado à produção, em verdade, subordinado ao processo pelo qual a organização do processo de produção de mercadorias tem “seu desenvolvimento histórico mediante a organização do processo de trabalho e o gigantesco aperfeiçoamento da técnica”. Tal qual o processo de trabalho aparece subordinado à reprodução da relação-capital, o mesmo se dá com a educação.

Em verdade, ela mesma desenvolve capacidades humanas antes ausentes e, portanto, ela mesma torna-se uma força produtiva. Isto só é possível, segundo Marx, quando se tem “todas as relações como relações postas pela sociedade, não como relações determinadas pela natureza.” (MARX, 2011, p. 341) No que complementa o autor: “só assim é possível a aplicação da ciência e o pleno desenvolvimento da força produtiva.” (MARX, 2011, p. 341) Ou seja, mediante a transformação mútua da Natureza externa e da natureza humana chega-se a um ponto em que as relações com as quais os homens se deparam não são mais “relações determinadas pela natureza” diretamente. O papel da educação neste processo é bastante importante e remete ao papel da ciência, que, por sua vez, passa a fazer parte do próprio processo de trabalho mediante a formação e a educação dos indivíduos, e, portanto, por meio da transformação da natureza destes. Este processo se dá com a subordinação da formação, da educação e da própria ciência à reprodução do capital. Diz Marx sobre isto: “o desenvolvimento da ciência, esta riqueza ideal e ao mesmo tempo prática, é apenas um aspecto, uma forma, em que se manifesta o desenvolvimento das forças produtivas humanas, i.e., da riqueza.” (MARX, 2011, p. 722)

O aspecto dúplíce deste processo pode ser explicitado de modo muito claro. Ao passo que a ciência é “riqueza ideal e ao mesmo tempo prática”, na sociedade capitalista, ela remete necessariamente à forma mercantil já que “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar.” (MARX, 1996 a, p. 165) A educação e a formação, assim, trazem a possibilidade de modificar a própria natureza humana, o que é essencial para a transformação substantiva da sociedade. Ao mesmo tempo, não há como separar tal modificação do modo pelo qual a sociedade produz a si mesma. As potencialidades da educação e da formação são muitas, pois. Ao mesmo tempo, elas estão adstritas sempre, mesmo que de modo bastante mediado, a um modo

de produção de específico. A ligação da ciência e da educação a fatores de produção do processo produtivo de mercadorias é, em verdade, bastante direto na sociedade capitalista. A educação e a ciência, pois, podem se voltar a produção de riqueza, certamente; no entanto, há de se saber como que a riqueza se constitui.

EDUCAÇÃO, TRABALHO E RIQUEZA

Marx, portanto, trata do modo pelo qual a educação, ao final, liga-se, na sociedade capitalista, mesmo que de modo mediado, à produção de riqueza. Isto se dá ao passo que a ciência, a educação e a formação dos indivíduos passam a se colocar como funções do próprio capital. Ou seja, a partir do momento em que o trabalho é subordinado ao capital, a própria modificação da natureza humana aparece subsumida à divisão capitalista do trabalho e ao modo pelo qual se tem a apropriação do mais-valor. Para Marx, no entanto, a produção capitalista não é a única possível, sendo necessária uma crítica a esta e à subordinação das distintas individualidades ao processo produtivo do capital. Em verdade, haveria grandes diferenças entre a riqueza que “aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’” e aquilo que Marx chamou de “riqueza real”:

A riqueza real da sociedade e a possibilidade de constante expansão de seu processo de produção não depende, portanto, da duração do mais-trabalho, mas de sua produtividade e das condições mais ou menos ricas de produção em que ela transcorre. O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita. Assim como o selvagem tem de lutar com a Natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado tem de fazê-lo, e tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas, que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas este sempre continua a ser um reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental. (MARX, 1986 b, p. 273).

A partir do momento em que o trabalho não é mais subsumido ao capital, a riqueza não se coloca mais como uma “imensa coleção de mercadorias”, mas como aquilo que Marx chama de “riqueza real da sociedade”. Nesta última, a produção deixa de ter como medida o tempo de trabalho

socialmente necessário e, deste modo, a produção deixa de subsumir as individualidades multifacetadas. Neste cenário, diz Marx nas Teorias do mais-valor: “o tempo livre, o tempo disponível, é a própria riqueza” (MARX, 1980, p. 1306). Aqui, portanto, tem-se uma questão importante para o nosso tema: se, no sistema capitalista de produção, mesmo que de modo mediado, há uma subordinação da educação e da transformação da natureza humana ao processo produtor de valor, o mesmo não se dá ao se superar a sociabilidade burguesa.

O processo produtivo pode sempre beneficiar-se de ganhos de produtividade, claro. E, em verdade, não há como eliminar “o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas”; também não se tem como suprimir a “esfera da produção material propriamente dita”. Com “os produtores associados”, que “regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega”, tem-se, no entanto, um salto qualitativo gigantesco: os homens deixam de ser dominados pelo próprio processo produtivo. Só assim haveria uma relação racional entre o que Marx chama de “reino da liberdade e de reino da necessidade”. E, para o que tratamos aqui, isto é de grande relevo. Se os homens, então, engajam-se na produção “com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana”, o papel da educação muda substancialmente. No modo de produção capitalista, de uma maneira ou doutra, ela aparecia como uma função do capital; com os “produtores associados” ainda é importante a formação de forças produtivas por meio da educação e da ciência, certamente. No entanto, não se tem mais uma “uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes.” A ciência e a educação continuam relacionando-se intimamente com o desenvolvimento das forças produtivas, no entanto, com uma grande diferença: busca-se o tempo livre, com a diminuição radical da jornada de trabalho.

Com isso, a formação e a educação dos indivíduos deixam de se subordinar à divisão capitalista do trabalho e, portanto, a modificação da natureza humana passa a poder se colocar em função de uma situação em que o processo produtivo não se impõe aviltando a personalidade dos indivíduos. Então, “o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos” (MARX; ENGELS, 1998, p. 45). A forma antagônica do desenvolvimento das capacidades humanas é suprimida e a educação – relacionada à modificação da natureza humana – pode ter como horizonte “o desenvolvimento das forças humanas, considerado

como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base.” No campo dos processos de trabalho, portanto, pode-se buscar o incremento da produtividade com o auxílio da ciência, da formação dos indivíduos e da educação. Isso, porém, redundaria em mais tempo livre, em que as individualidades multifacetadas podem se desenvolver enquanto tais, e não como uma função do processo produtivo de mercadorias. Embora o “reino da necessidade” permaneça sempre “base” para o “reino da liberdade”, a função da educação muda substancialmente a partir do momento em que a riqueza deixa de se constituir enquanto uma “imensa coleção de mercadorias” e passa a corresponder ao tempo livre para o desenvolvimento omnilateral do próprio homem.

Percebemos, portanto, que, segundo o autor de *O capital*, tanto o trabalho quanto a educação modificam a natureza humana. Com isso, há uma inter-relação necessária entre o sistema produtivo, o trabalho, a educação e a conformação das determinações presentes em cada individualidade. No modo de produção capitalista, trabalho e educação ligam-se ao processo de “valorização do valor”, de reprodução da relação-capital. No entanto, com a supressão do capitalismo, seria possível tanto um processo produtivo mais racional e comunitário quanto a emergência do “desenvolvimento das forças humanas, consideradas como um fim em si mesmo”. O papel da educação passaria por uma transformação ligada a uma forma de sociabilidade não mais regida pelo tempo de trabalho socialmente necessário e colocado como valor, mas pela produção da “riqueza pelo real da sociedade”, que se coloca como tempo livre. Assim, tanto a produção se coloca como mais “adequada à sua natureza humana” quanto a educação, e a modificação da natureza humana, deixa de ser uma função do capital.

Uma questão que precisa ser colocada, no entanto, diz respeito ao caráter extremamente contraditório do próprio desenvolvimento da relação-capital. Ao passo que a educação coloca-se, no modo de produção capitalista, como uma função do desenvolvimento do capital, segundo Marx, não há somente aviltamento da personalidade dos homens. Com o processo de desenvolvimento das forças produtivas, tem-se o incremento das próprias capacidades individuais, que são caladas parcialmente em meio ao processo de subordinação dos indivíduos ao processo produtivo capitalista. Diz Marx sobre as forças produtivas: “a apropriação dessas forças não é em si mesma nada mais do que o desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos materiais de produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 73) Também em meio a este processo antagônico e contraditório, deve-se tratar do papel da educação.

TRABALHO, PROCESSO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO E EDUCAÇÃO

Marx acredita que a sociedade capitalista é uma “sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova” (MARX, 2013, p. 998). Com isso em mente, é necessário ao nosso tema que se considere o processo de trabalho, bem como a educação, em meio ao contraditório desenvolvimento da sociedade capitalista. Isto porque, de acordo com Marx, em verdade, a educação não é somente funcional à reprodução da relação-capital.

Há de se ver como que a educação se coloca em diversos momentos do modo de produção capitalista. Em meio ao processo da “assim chamada acumulação primitiva”, ela foi essencial para que a própria exploração da força de trabalho fosse tomada como normal e como um suposto. No entanto, em meio ao processo de desenvolvimento capitalista, tem-se o processo de extração de mais-valor, que traz peculiaridades; segundo Marx, tem-se tanto “o mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho”, que “chamo de mais-valor absoluto” quanto “o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo” (MARX, 2013, p. 485). Como não poderia deixar de ser, a educação cumpre funções bastante diferentes nestes dois tipos de extração de mais-valor. Na preponderância do mais-valor absoluto, a educação da classe trabalhadora seria considerada, juntamente com o descanso remunerado, “pura futilidade” ao passo que o mesmo não se daria em um momento em que prevalece a extração do mais-valor relativo em que o incremento da produtividade do trabalho é essencial à própria conformação da produção.

Ao se tratar do processo de produção de mercadorias, trata-se de modos distintos por meio dos quais a educação volta-se à conformação da mercadoria força de trabalho. Ou seja, os limites da educação em ambos os casos (preponderância do mais-valor absoluto ou relativo) são bastante evidentes. Ao mesmo tempo, com mudanças no desenvolvimento das forças produtivas, tem-se diferenças substanciais no modo pelo qual se transforma a natureza humana e pelo qual desenvolve-se as potencialidades de uma “sociedade nova” no próprio solo de uma “sociedade velha”. Para que vejamos este processo, há de se considerar que “o capital precisou de séculos para prolongar a jornada de trabalho até seu limite máximo normal e para ultrapassá-lo até os limites do dia natural de 12 horas” (MARX, 1996 a, p. 391). Tendo isto em conta, há de

se ver, primeiramente, que o momento em que “o capital celebrava suas orgias” (MARX, 1996 a, p. 391) é aquele de prevalência do mais-valor absoluto, momento em que o trabalhador parece se reduzir a um mero fator de produção a ser explorado de modo mais extensivo possível.

Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital. Tempo para educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo — e mesmo no país do sábado santificado — pura futilidade! Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia tempo destinado às refeições para incorporá-lo onde possível ao próprio processo de produção, suprimindo o trabalhador, enquanto mero meio de produção, de alimentos, como a caldeira, de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. Reduz o sono saudável para a concentração, renovação e restauração da força vital a tantas horas de torpor quanto a reanimação de um organismo absolutamente esgotado torna indispensáveis. Em vez da conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho, é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. (MARX, 1996 a, p. 378-379)

Trata-se da tentativa de reduzir o trabalhador, que, em si é um indivíduo, à força de trabalho, ou seja, a uma mercadoria a um fator de produção. A subsunção dos indivíduos à divisão do trabalho e à autovalorização do capital, assim, coloca-se de tal modo que a “educação humana” parece ser supérflua. Em meio à tentativa de expansão máxima do mais-valor absoluto, o capital trata os indivíduos como se fossem somente fatores de produção funcionalizados em torno da valorização do valor. Neste momento, o capital “atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho”; e, deste modo, o trabalhador aparece como mero meio de produção e sua educação é vista como completa tão logo este consiga realizar simples tarefas. A “duração da vida da força de trabalho” é vista como desimportante neste contexto, já que o essencial não é o incremento da produtividade do trabalho, mas “o mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho”, o que se dá de modo bastante brutal e desumano.

Assim, em meio à produção em que prepondera a extração de mais-valor absoluto, a mercadoria força de trabalho é vista como algo abundante (devido ao grande exército industrial de reserva e devido à baixa qualificação dos trabalhadores) e, até certo ponto, dada a conveniência

econômica, descartável. Neste contexto, “convívio social”, desenvolvimento intelectual”, o “jogo livre das forças vitais e espirituais” são vistas como pura futilidade. O “tempo para a educação humana” é roubado, tal qual o “tempo para consumo de ar”; o tempo das refeições também é diminuído ao mínimo, para que os indivíduos se reduzam o máximo possível a fatores de produção. Ou seja, fisicamente, o capital “usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo.” No lugar da “conservação normal da força de trabalho” tem-se “o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador.” Assim, “a duração da vida da força de trabalho” torna-se uma função da extração de mais-valor.

Marx parece ver tal processo como a antítese direta da “educação humana”. E uma questão essencial a isto liga-se tanto ao processo em que vem a preponderar – tendencialmente – a extração do mais-valor relativo sobre o absoluto quanto ao processo de passagem da manufatura para a grande indústria. Marx trata desta questão remetendo ao fato segundo o qual a “contradição entre a divisão manufatureira do trabalho e a essência da grande indústria impõe-se com violência” (MARX, 1996 b, p. 112). Justamente a manufatura prima por uma divisão do trabalho ligada à desqualificação do trabalhador ao passo que a grande indústria, tendencialmente, traz o trabalhador coletivo em uma relação muito mais imbrincada. Diz Marx que “a maquinaria específica do período da manufatura permanece sendo o próprio trabalhador coletivo, que resulta da combinação de muitos trabalhadores parciais” (MARX, 2013, p. 526). Tem-se, assim, “uma parte de suas muitas mãos munidas de instrumentos, o trabalhador coletivo, resultado da combinação de trabalhadores detalhistas” (MARX, 2013, p. 521). Quando Marx fala da contradição entre a manufatura e a essência da grande indústria, trata certamente de uma divisão do trabalho aviltante, mas também trata da inter-relação orgânica entre cada trabalho e o trabalhador coletivo. Como aponta o autor sobre a temática:

Viu-se que a grande indústria supera tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho, com sua anexação por toda a vida de um ser humano inteiro a uma operação de detalhe, enquanto, ao mesmo tempo, a forma capitalista da grande indústria reproduz ainda mais monstruosamente aquela divisão do trabalho, na fábrica propriamente dita, por meio da transformação do trabalhador em acessório consciente de uma máquina parcelar e, em todos os outros lugares, em parte mediante o uso esporádico das máquinas e do trabalho das máquinas, em parte por meio da introdução de trabalho feminino, infantil e não qualificado como nova base da divisão do trabalho. (MARX, 1996 b, p. 111-112).

Diz Marx que “na manufatura, o revolucionamento do modo de produção começa com a força de trabalho; na grande indústria, com o meio de trabalho” (MARX, 2013, p. 547). Deste modo, a grande indústria supera tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho devido à função revolucionária que tem na grande indústria o desenvolvimento – inclusive científico – dos meios de trabalho. Com este desenvolvimento, é possível maior produtividade do trabalhador coletivo e uma função muito mais importante da ciência e da educação no processo produtivo. Ou seja, ciência e educação se tornam forças produtivas de modo muito mais direto na grande indústria que na manufatura, tendo-se, tendencialmente, a extração de mais-valor relativo subsumindo a extração de mais-valor absoluto. Se “na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, por conseguinte, do capital em sua força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em suas forças produtivas individuais” (MARX, 2013, p. 541), o mesmo não se dá na grande indústria. Nesta última, por mais unilateral que seja a divisão do trabalho, ela relaciona-se ao incremento das forças produtivas e, portanto, das capacidades individuais. Ou seja, a “monstruosidade” da divisão do trabalho manufatureira permanece. No entanto, desenvolve-se de modo mais direto a maquinaria. Diz Marx, assim, que se tem um desenvolvimento bastante contraditório: de um lado, “o uso esporádico das máquinas e do trabalho das máquinas”, e doutro “em parte por meio da introdução de trabalho feminino, infantil e não qualificado como nova base da divisão do trabalho.” O incremento dos meios de produção, no capitalismo, é acompanhado do aviltamento dos indivíduos.

Com a grande indústria, portanto, tem-se dois opostos: de um lado, uma exacerbação da unilateralidade da divisão manufatureira do trabalho, doutro, o desenvolvimento da ciência e da educação mais diretamente como forças produtivas. Ou seja, com o desenvolvimento da grande indústria, e com a centralidade que acaba ganhando o incremento dos meios de produção, a formação dos indivíduos e o estabelecimento da tecnologia produtiva acabam caminhando lado a lado. A divisão do trabalho, assim, torna-se mais imbricada justamente em meio ao processo em que a grande indústria se coloca buscando o aumento da produtividade do trabalho e, portanto, a prevalência do mais-valor relativo sobre o absoluto. Diz Marx sobre isso:

Como as diferentes funções do trabalhador coletivo podem ser mais simples ou mais complexas, inferiores ou superiores, seus órgãos, as forças de trabalho individuais, requerem diferentes graus de formação e possuem, por isso, valores muito diferentes. (MARX, 2013, p. 527).

De um lado, pois, o trabalho infantil e feminino, doutro um grau de formação que, à época, aparecia aos homens adultos ligados à supervisão da maquinaria e, no limite, ao desenvolvimento científico desta. Trata-se, como diz Marx, de “diferentes graus de formação”, de uma educação que se coloca diversamente em meio à divisão do trabalho típica da grande indústria. Em meio à produção em que prepondera a extração do mais-valor relativo, a educação e a ciência colocam-se muito mais diretamente como forças produtivas. A divisão do trabalho, assim, traz os indivíduos relacionados de modo muito mais orgânico; ao mesmo tempo, porém, a unilateralidade de seus desenvolvimentos continua gritante. A qualificação por meio da formação e da educação, assim, passam a voltar-se à produção de mais-valor. No entanto, isto tem impactos diferentes dependendo da posição que cada indivíduo ocupa na produção. Isto faz que o valor da força de trabalho varie também em função do nível de instrução de cada trabalhador.⁸ Os indivíduos, assim, ganham melhores ou piores salários tendo em conta o valor dos meios necessários a subsistência dos trabalhadores, mas também para a formação (e educação) da força de trabalho. Tal processo, na grande indústria, é bastante contraditório; envolve uma imbrincada divisão do trabalho, em que a educação tem uma função importante e em que o valor da força de trabalho varia, também, em função do custo que cada indivíduo tem para se formar e educar para diferentes funções.

Sobre a relação entre a educação, o trabalho comercial e o valor da força de trabalho, por exemplo, Marx diz que há questões importantes a serem consideradas:

O trabalhador comercial propriamente dito pertence à classe mais bem paga dos trabalhadores assalariados, aqueles cujo trabalho é trabalho qualificado, estando acima do trabalho médio. No entanto, o salário tem a tendência a cair, mesmo em relação ao trabalho médio, com o progresso do modo de produção capitalista. Em parte por divisão do trabalho dentro do escritório; por isso que produzir apenas desenvolvimento unilateral da capacidade de trabalho e os custos dessa produção nada custam em parte, ao capitalista, pois a habilidade do trabalhador se desenvolve mediante a própria função e tanto mais rapidamente quanto mais unilateral se torna a divisão do trabalho. Em segundo lugar, porque a formação preparatória, os conhecimentos comerciais e linguísticos etc. são reproduzidos, com o progresso da ciência e da educação popular, de maneira cada vez mais rápida, fácil, geral e barata, quanto mais o modo de produção capitalista orienta os métodos pedagógicos etc. para a prática. A generalização do ensino popular permite recrutar essa espécie entre classes que antes estavam excluídas, acostumadas a um modo de vida pior.

⁸ Diz Marx sobre a relação entre educação e o valor da força de trabalho: “na comparação de salários nacionais devem ser pois considerados todos os momentos determinantes da variação na grandeza de valor da força de trabalho, preço e volume das primeiras necessidades vitais naturais e historicamente desenvolvidas, custos da educação do trabalhador, papel do trabalho feminino e infantil, produtividade do trabalho, sua grandeza extensiva e intensiva” (MARX, 1996 b, p. 189).

Ademais ela aumenta o afluxo e, com isso, a concorrência. Com algumas exceções, com o avanço da produção capitalista, desvaloriza-se a força de trabalho dessa gente; seu salário cai, enquanto sua capacidade de trabalho aumenta. O capitalista aumenta o número desses trabalhadores quando há mais valor e lucro a serem realizados. O aumento desse trabalho é sempre um efeito, nunca causa do aumento da mais-valia. (MARX, 1986 a, p. 225-226)

No livro III d' *O capital*, Marx trata da divisão do trabalho existente entre as diferentes figuras do capital. As funções que o capital comercial realiza na sociedade capitalista são muitas e passam pelo processo em que o mais-valor produzido pode ser realizado. Ao se ter mais-valor a ser realizado, o capital comercial, bem como os trabalhadores comerciais são muito necessários, de modo que também a natureza humana deles precisa ser modificada; tal qual o que ocorreu com o trabalhador da indústria, isso passa, sobretudo, pela organização mesma da produção capitalista, em que, no caso, a “divisão do trabalho dentro do escritório” bem como a própria função conforma a natureza destes indivíduos. No entanto, a educação também tem uma função importante neste processo de formação desta força de trabalho. Ou seja, tanto no que toca o processo de trabalho da indústria quanto no que diz respeito ao trabalhador comercial há um papel ativo bastante importante da educação. Com o desenvolvimento da grande indústria, da divisão do trabalho e com a prevalência da extração do mais-valor relativo sobre o absoluto, portanto, o papel da educação cresce.

O próprio valor da força de trabalho é afetado neste processo em que haveria uma tendência a se ter classes diferenciadas de assalariados, com “trabalho qualificado acima do trabalho médio”. Devido a este requisito de qualificação, o valor da força de trabalho seria usualmente mais alto. No entanto, diz Marx que haveria uma “tendência a cair”. Isto se daria, primeiramente, devido ao próprio desenvolvimento da organização capitalista do trabalho, mas também devido ao “progresso da ciência e da educação popular”. Isto se dá, também, ao passo que “o modo de produção capitalista orienta os métodos pedagógicos, etc. para a prática”. Ou seja, também aqui o sentido da transformação da natureza humana está na subordinação dos indivíduos à produção, no caso do capital comercial, ao processo global de produção, relacionado ao imbrincado liame entre capital industrial e comercial.⁹ Segundo Marx, o papel que tem

⁹ Interessante notar que Marx aborda também o papel que tem a educação na conformação agrária inglesa: “falemos da renda agrícola em países de produção capitalista desenvolvida. Entre os arrendatários ingleses, por exemplo, encontra-se certo número de pequenos capitalistas que, por educação, formação escolar, tradição, concorrência e outras circunstâncias, estão destinados e obrigados a investir seu capital na agricultura como arrendatários. São obrigados a se contentarem com menos do que o lucro médio e entregar parte disso sob a forma de renda aos proprietários de terras. Essa é a única condição sob a qual lhes é permitido investir seu

a “generalização do ensino popular” neste processo é bastante grande, até mesmo porque o acesso a uma forma de assalariamento que exige mais qualificação vem a estar disponível também a uma classe de pessoas que estava habituada a “um modo de vida pior”.

A questão é de grande relevo porque se é verdade que “a generalização do ensino popular permite recrutar essa espécie entre classes que antes estavam excluídas, acostumadas a um modo de vida pior”, igualmente verdadeiro é que “com algumas exceções, com o avanço da produção capitalista, desvaloriza-se a força de trabalho dessa gente; seu salário cai, enquanto sua capacidade de trabalho aumenta.” Ou seja, o grande ganho que se tem por meio da educação e da ciência é o incremento na capacidade de trabalho. Os salários dos trabalhadores podem até mesmo ser maiores neste ramo de trabalho (e em outros que exigem mais qualificação); no entanto, segundo Marx, a tendência seria justamente uma queda dos salários que necessitam de uma formação mais extensa. Isto se daria tanto tendo em conta o desenvolvimento da divisão capitalista do trabalho quanto ao se ter em conta o ensino popular, sua generalização e o modo pelo qual os métodos pedagógicos estariam voltados à prática diuturna da sociedade burguesa. Ou seja, de acordo com o autor de *O capital*, a função da educação e da ciência na sociedade capitalista não está em abrir oportunidades de uma vida melhor aos assalariados qualificados, mas no desenvolvimento gritante da produtividade.

Com este incremento da produtividade do trabalho, tem-se uma mudança na composição orgânica do capital, de modo que prevalecem os meios de produção (que são o ponto de partida do revolucionamento da produção sob grande indústria); tem-se, assim, a necessidade cada vez menor de força de trabalho para a produção da mesma quantidade de produtos. Na sociedade capitalista, isto não vem a significar a ampliação do “reino da liberdade”. Em verdade, pode significar o aumento do pauperismo já que pode crescer o número de desempregados em meio a este processo. No entanto, o central para Marx está nas possibilidades que aparecem com este processo em que a educação e a ciência se tornam forças produtivas. Tem-se concretamente como possível, com a supressão do capitalismo, uma situação em que “a riqueza real da sociedade e a possibilidade de constante expansão de seu processo de produção não depende, portanto, da duração do mais-trabalho, mas de sua produtividade e das condições mais ou menos ricas de produção em que ela transcorre.” Ou seja, no seio do próprio capitalismo se desenvolvem – com o papel ativo da ciência e

capital na terra, na agricultura” (MARX, 1986 b, p. 131). Aqui, porém, não poderemos aprofundar o tema, que envolve também a oposição entre cidade e campo.

da educação – as condições para uma relação comunitária, racional e planejada com a produção e para que a produção material se dê “com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana.” Tem-se, portanto, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, o estabelecimento das bases sobre as quais é possível o reino da liberdade.

Com isso, seria possível conjugar a “educação humana” com “o desenvolvimento de forças humanas, considerado como um fim em si mesmo”. Ao mesmo tempo em que a educação coloca-se como uma função do processo capitalista de produção, com seu papel, ela abre espaço para a possibilidade de supressão do próprio modo de produção capitalista. Isto não se dá tanto pelo papel crítico que a educação possa ter (embora a questão não possa ser desconsiderada), mas devido ao papel ativo que ciência e educação têm no incremento das forças produtivas.

CONCLUSÃO: POTÊNCIAS INTELLECTUAIS, PRODUÇÃO E EDUCAÇÃO NA CRÍTICA AO SISTEMA CAPITALISTA

As potências intelectuais, assim, na própria produção capitalista, colocam-se como forças produtivas. E isto tem um papel bastante grande no aumento da produtividade do capital. A questão, como pudemos ver acima, coloca-se de modo bastante contraditório; na medida mesma em que se tem aviltamento das individualidades com a divisão capitalista do trabalho, tem-se também a possibilidade de se romper com ela, inclusive, diminuindo – com a supressão do capitalismo – a jornada de trabalho a um mínimo. No entanto, é necessário destacar também que, na sociedade capitalista, na medida mesma em que se tem uma “sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova”, há manifestações absurdamente irracionais na medida em que educação e ciência são obrigadas a “servir ao capital” (MARX, 2013, p. 541). Diz Marx sobre este processo:

As potências intelectuais da produção, ampliando sua escala por um lado, desaparecem por muitos outros lados. O que os trabalhadores parciais perdem concentra-se defronte a eles no capital. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as potências intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e como poder que os domina. Esse processo de cisão começa na cooperação simples, em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. Ele se desenvolve na manufatura, que mutila o trabalhador, fazendo dele um trabalhador parcial, e se consoma na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital. (MARX, 2013, p. 541).

Na sociedade capitalista, a divisão entre trabalho material e intelectual se coloca de modo dramático. Ao mesmo tempo em que se desenvolve de modo sem igual as “potências intelectuais da produção”, tem-se o estranhamento dos trabalhadores parciais diante daquilo que “perdem” e que com o que se defrontam no capital. As potências intelectuais desenvolvem-se na mesma medida em que se mutila o trabalhador, de tal maneira que, de um lado, tem-se a ciência como força produtiva e doutro o trabalhador como mero fator de produção. A questão é essencial pois mostra justamente a unilateralidade que se coloca sob o solo do sistema capitalista: o fato de a ciência e a educação se tornarem forças produtivas não alivia a jornada dos indivíduos e ainda mutila sua personalidade. Ao mesmo tempo em que se tem as condições econômicas para um salto qualitativo que leve à prevalência do reino da liberdade e das individualidades multifacetadas, tem-se unilateralidade no desenvolvimento das individualidades.

A ciência aparece como “potência autônoma” diante dos trabalhadores e é “obrigada a servir ao capital”. Ao tratar de Jonh Bellers, Marx destaca que “já no final do século XVII”, ele “entendeu do modo mais claro a necessidade de superar a atual educação e divisão do trabalho, que criam hipertrofia e atrofia em ambos os extremos da sociedade, ainda que em direções opostas” (MARX, 1996 b, p. 116). A atrofia e a hipertrofia que Bellers havia destacado são parte da própria conformação da sociedade capitalista, em que a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual chega às últimas consequências. Ou seja, desenvolve-se a ciência e a educação como autênticas forças produtivas; no entanto, isto se dá somente ao passo que há mutilação dos trabalhadores.¹⁰ Trata-se, assim, de superar a situação em que, juntamente com o desenvolvimento da ciência e da educação, tem-se a organização da produção que “separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital.” A mutilação das individualidades, que, em meio a este processo pode ser superada, é elevada a um patamar dramático. E, assim, ao mesmo tempo em que o processo capitalista de produção cria as condições que tornam possível a sua superação, sem um revolucionamento consciente da produção no sentido comunista, tem-se o aviltamento da personalidade. As individualidades multifacetadas aparecem como funções do processo capitalista de produção; porém, já são possíveis “indivíduos universalmente desenvolvidos, cujas relações sociais, como relações próprias e comunitárias, estão igualmente submetidas ao seu próprio controle comunitário” (MARX, 2011, p. 164).

¹⁰ A temática passa também pela relação entre o “*general intellect*” (MARX, 2011) e o trabalhador coletivo.

Neste sentido, sobre Owen e a educação do futuro, a educação humana, nos diz Marx:

Do sistema fabril, como se pode ver detalhadamente em Robert Owen, brotou o germe da educação do futuro, que há de conjugar, para todas as crianças acima de certa idade, trabalho produtivo com ensino e ginástica, não só como um método de elevar a produção social, mas como único método de produzir seres humanos desenvolvidos em todas as dimensões. (MARX, 1996 b, p. 112).

A “educação do futuro” volta-se justamente a “produzir seres humanos desenvolvidos em todas as dimensões”. Ou seja, há uma relação consciente da educação com as individualidades multifacetadas e com a formação de “indivíduos universalmente desenvolvidos”. Sob o capitalismo, elevar a “produção social” significa mutilar as individualidades. Já, com a superação do capitalismo, a educação tem um papel muito distinto, ligado ao desenvolvimento omnilateral do homem, que pressupõe, por sua vez, uma relação racional entre o reino da necessidade e o reino da liberdade. Se do “sistema fabril”, segundo Marx, “brotou o germe da educação do futuro”, somente com a supressão da sociedade capitalista é que as potencialidades desenvolvidas podem se colocar como reais e efetivas. A conjugação da formação física, produtiva e intelectual aparece pela primeira vez com o “sistema fabril”; no entanto, como mostramos, somente com um salto qualitativo considerável é que, deste ponto, pode emergir a “educação humana”, relacionada à situação em que se tem “o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base.”

Haveria, assim, uma relação racional, comunitária e não estranhada entre as potências intelectuais, a produção e o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos. A educação e a ciência, assim, continuam a se relacionar com a produção e com o reino da necessidade. No entanto, o que se tem é uma modificação da natureza humana, que se coloca justamente voltada ao reino da liberdade, e ligada a indivíduos universalmente desenvolvidos. A questão só poderia ser resolvida com a supressão do modo de produção capitalista, de modo que Marx é muito crítico, por exemplo, a “soluções” que se colocassem pressupondo o sistema capitalista e o assalariamento. Mesmo uma “educação popular igual”¹¹ ou a “instrução gratuita”¹² não

¹¹ Diz Marx: “Educação popular igual? O que se entende por essas palavras? Crê-se que na sociedade atual (e apenas ela está em questão aqui) a educação possa ser igual para todas as classes? Ou se exige que as classes altas também devam ser forçadamente reduzidas à módica educação da escola pública, a única compatível com as condições econômicas não só do trabalhador assalariado, mas também do camponês?” (MARX, 2012, p. 45).

¹² Aponta Marx ao criticar o programa de Gotha: “‘escolarização universal obrigatória. Instrução gratuita.’ A primeira existe na Alemanha, a segunda na Suíça [e] nos Estados Unidos, para escolas públicas. Que em alguns

chegariam ao âmago da questão. Tratar-se-ia, assim, de nada menos que da necessidade da luta pelo comunismo.

Não haveria como atribuir à educação tarefas maiores do que ela pode cumprir, já que o seu desenvolvimento está intimamente relacionado a determinado modo de produção. Neste sentido específico, Marx é claro sobre o assunto:

A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade (MARX, 2007, p. 533).

Colocar um destaque exagerado no papel que a educação poderia ter na formação crítica à sociedade capitalista poderia significar justamente que se concebe “a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade.” Muito embora uma formação crítica não possa ser descartada ao tratar dos conflitos sociais, até mesmo porque a educação é uma das “formas ideológicas, sob as quais os homens adquirem consciência desses conflitos” (MARX, 2009, p. 46), a ênfase de Marx é outra. De modo que não se poderia partir da autonomização da ciência e da educação (existente na sociedade capitalista e fruto da divisão dramática entre trabalho intelectual e material) de modo acrítico. Portanto, se vimos o papel ativo da educação a partir de Marx, é necessário que, por fim, aponte-se que, para o autor, seria necessária outra relação entre potências intelectuais, a produção social e a educação. Tratar-se-ia de buscar isto

numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tomado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância [...]. (MARX, 2012, p. 33).

A educação capitalista, mesmo que de modo meandrado, supõe a “subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho”, bem como a “oposição entre trabalho manual e intelectual”. Ela não poderia ser resolutiva, portanto. Segundo Marx, com uma educação humana, colocada para além da “sociedade atual”, seria possível justamente contar

estados deste último também sejam ‘gratuitas’ as instituições de ensino ‘superior’ significa apenas, na verdade, que nesses lugares os custos da educação das classes altas são cobertos pelo fundo geral dos impostos” (MARX, 2012, p. 45). Há diversos aspectos na passagem, como a relação entre ensino superior e classes altas que nos parecem merecer mais cuidado hoje. No entanto, não poderemos debater este assunto aqui.

com o “desenvolvimento multifacetado dos indivíduos”. Eles não seriam mais subsumidos à produção, e não teriam o trabalho mais como um “simples meio de vida”, mas como uma “primeira necessidade”. Abrir-se-ia espaço para uma modificação da natureza humana que se colocasse diante de uma relação mais racional entre a esfera da produção material propriamente dita e aquilo que Marx chamou de reino da liberdade.

Tratar da relação entre trabalho e educação a partir da obra do autor de *O capital*, portanto, traz questões bastante importantes. Elas remetem à necessidade da luta pelo comunismo. Ter isso em conta, no entanto, leva à necessidade de compreender a obra marxiana em sua complexa tessitura, em que, mesmo que a educação apareça em momentos importantes, não é ela o central. Suas funções são essenciais à própria compreensão do modo de produção capitalista. E o desenvolvimento contraditório da sociedade burguesa traz, no limite, com a possibilidade de superação do capitalismo, a potência de uma “educação humana”, em que a modificação da natureza humana pode se dar de acordo com as necessidades dos “indivíduos universalmente desenvolvidos”.

REFERÊNCIAS

- CHASIN, José. **Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital**, Livro I, Volume I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MARX, Karl. **O Capital**, Livro I, Volume I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996 a.
- MARX, Karl. **O capital**. Livro I, Volume II Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996 b.
- MARX, Karl. **O Capital**, Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital**, Livro III, Volume I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1986 a.
- MARX, Karl. **O Capital**, Livro III, Volume II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1986 b.
- MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**. Trad. Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: Civilização brasileira, 1980.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Trad. Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e Fábrica**. Trad. Sérgio Laramão. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2004.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Trad. Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2006.

Data da submissão: 11/10/2018

Data da aprovação: 05/11/2018